

Crise e Congresso

A democracia brasileira vive instante decisivo de sua história. Se não produzir saídas claras e objetivas para a crise, terá dificuldades de se manter. O Congresso, seu instrumento operacional por excelência, tem profunda responsabilidade nesse processo.

Falta-lhe, antes de mais nada, funcionalidade. Com 20 partidos em atividade na Câmara — a maioria sem qualquer representatividade —, não há como dinamizar o processo de decisões ou muito menos livrá-lo de situações promíscuas.

Qualquer parlamentar mediano sabe que é preciso reformular a lei eleitoral e o sistema partidário, para sanear a vida política brasileira. Caso contrário, prevalecerão a desordem e a picaretagem. Apesar disso, nada acontece. Na hora de objetivar o processo — e há numerosos projetos propondo as reformas partidária e eleitoral —, prevalecem os interesses menores de grupos e indivíduos.

O mais grave no discurso do deputado-capitão Jair Bolsonaro, propondo o fechamento do Congresso e a instalação de um regime de exceção, é o fato de que possui muito mais adeptos na sociedade do que seria razoável admitir. As sucessivas pesquisas de opinião, publicadas desde a redemocratização do País, evidenciam uma constante e ininterrupta queda de credibilidade da instituição parlamentar. Hoje, é improvável que haja outra tão desgastada diante da população.

O fenômeno é reconhecido pelos parlamentares mais responsáveis e tem sido objeto de séria avaliação. Mas, em termos objetivos, não se avançou muito. O ex-governador Orestes Quérzia diz que toda vez que se pensa em restringir o número de partidos, invocam-se nomes ilustres como Roberto Freire (que preside o minúsculo

PPS, ex-PCB, com três deputados) ou João Amazonas, do PC do B, que tem dois parlamentares. E aí nada acontece. Freire e Amazonas são políticos sérios e decentes, que têm história e contribuição a dar ao País, mas não podem ser obstáculo — e certamente não desejam sê-lo — à racionalização do processo político brasileiro.

O falecido Ulysses Guimarães, uma das figuras que melhor expressou o Congresso, advertia que, sem as reformas políticas, não há como resolver a crise econômica — e sem resolvê-la a democracia não se sustenta. As reformas começam pela busca de funcionalidade ao processo de decisões no Congresso. Coisas básicas — como o processo eleitoral, a organização dos partidos e o critério representativo das bancadas estaduais — estão claramente erradas. E por que não mudam? Simples: porque as mudanças dependem dos votos dos que se beneficiam com as atuais distorções.

As disfunções começam no critério representativo. Estados do Norte, com populações reduzidíssimas, estão super-representados, enquanto estados poderosos e populosos, como São Paulo e Minas, estão sub-representados. Hoje, cada eleitor de Roraima vale por 26 paulistas. Se o critério populacional, que deve orientar a composição da Câmara, estivesse em vigor, São Paulo teria o dobro dos seus atuais 60 deputados. E Roraima, que tem oito, teria no máximo um. Como pedir a um deputado de Roraima que vote pelo seu próprio desemprego?

Historicamente, o Congresso só rompe com situações viciosas quando sob intensa pressão da sociedade. Foi assim com o impeachment. E somente assim fará as reformas que estão sendo reclamadas.